

1ª PLENÁRIA NACIONAL SOBRE SAÚDE E MIGRAÇÃO

Saúde e Migração em tempos de Covid-19

Etapa Regional Sul

A Etapa Regional Sul da 1ª Plenária Nacional Saúde e Migração ocorreu nos dias 28 e 29/06 do ano de 2021. Foram mais de 100 registros de presença durante os dois dias de debate, e 29 diferentes organizações, serviços e instituições representadas. Além disso, tivemos inscrições de migrantes de Cuba, Venezuela, Paraguai, Haiti, Senegal e Colômbia.

As organizações que participaram foram:

- AMMAR/UFPR - Aliança de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas da Universidade Federal do Paraná
- NUPSIM - CRP/PR - Núcleo de Psicologia e Migração do Conselho Regional de Psicologia do Paraná
- Área Técnica da Saúde do Imigrante - Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre - RS
- ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude
- Asociación de Venezuelanos de Foz do Iguaçu - PR
- Associação de Imigrantes Senegaleses de Caxias do Sul - RS
- Cáritas Brasileira - Regional Santa Catarina
- CDHIC - Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
- CAM - Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul - RS
- Círculos de Hospitalidade - Florianópolis - SC

- Del'Ágora Asociación
- FEIPAR - Fórum de Educação Infantil do Paraná
- Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado do Oeste de Santa Catarina
- Grupo de Migração, Mobilidade e Gestão Contemporânea de Populações da Universidade Federal de Pernambuco - MIGRA/UFPE
- LAGAS/UnB - Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde da Universidade de Brasília
- MOVE/UFPR - Movimentos Migratórios e Psicologia - Universidade Federal do Paraná
- Rede Sem Fronteiras
- Refúgio 343
- Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
- UEM - Universidade Estadual de Maringá - PR
- UFFS - Universidade Federal da Fronteira do Sul
- UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
- UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei - MG

Na Plenária Final, foram aprovadas 38 propostas entre as encaminhadas pelas relatorias dos Grupos de Trabalho, e aquelas formuladas durante os debates. É importante ressaltar que no caso das propostas que previam recomendações relacionadas à coleta de dados sobre nacionalidade ou outros dados dos migrantes nos serviços de saúde, não houve consenso, o que precisa ser considerado e deliberado pela Plenária Nacional que se reunirá em agosto.

As propostas foram divididas em dois eixos de competência: mobilização da sociedade civil e proposições ao Poder Público.

Seguem abaixo as propostas aprovadas:

MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1. Propor protocolos que considerem as especificidades dos migrantes e refugiados, com base na legislação vigente e considerando os pilares paradigmáticos dos Sistemas Únicos de Saúde e Assistência Social, a saber a universalidade, a equidade e a integralidade;
2. Denunciar a situação de vulnerabilidade e precariedade do trabalho dos trabalhadores migrantes, na cadeia produtiva da agroindústria, em geral, e em frigoríficos, em específico;
3. Realizar campanhas de sensibilização junto ao Estado sobre a situação dos e das trabalhadores e trabalhadoras migrantes sobre a prevenção à Covid-19 e sobre a necessidade de vacinação;
4. Estruturar a criação, em uma ampla rede de organizações da sociedade civil, de um Observatório sobre trabalho nos frigoríficos, com finalidade de analisar, monitorar e sistematizar as informações e demandas, em diálogo com movimentos sociais, entidades, coletivos, grupos e demais organizações da sociedade civil, definindo o recorte de análise por território;
5. Criação de uma cartilha de orientação para as prefeituras dos municípios que acolhem os imigrantes com orientações sobre como proporcionar um melhor acolhimento, como por exemplo recomendações para que sejam contratados trabalhadores migrantes como mediadores, dando informações sobre segurança no trabalho para imigrantes, sobre direitos trabalhistas e outros;
6. Cobrar das autoridades (como a Polícia Federal) agilidade na emissão de documentos como o RNE necessários para matrículas nas instituições, de forma que imigrantes não dependam de protocolos para utilizar os equipamentos públicos;
7. Cobrar do poder executivo que contratem mais funcionários nessas instituições para diminuir o tempo de espera desses documentos,

promovendo os concursos públicos em diferentes equipamentos e instituições que atendam os imigrantes e refugiados;

8. Proposição, em Fóruns da Educação, do debate sobre temas como prevenção do Bullying, Racismo e Xenofobia, garantindo a não discriminação.

9. Demandar do Poder Público a criação de estratégias para potencializar as redes de pessoas, organizações, instituições e serviços da sociedade civil que já acolhem migrantes e refugiados.

PROPOSIÇÕES AO PODER PÚBLICO

1. Organizar fluxos e protocolos das redes de atendimento do e para o migrante, inserindo nas redes existentes do SUS, SUAS e demais políticas;

2. Investimento na formação interdisciplinar de profissionais de saúde, educação, assistência e proteção, para atendimento de migrantes e refugiados através da rede de atenção, sob a perspectiva da formação continuada e educação permanente, e privilegiando em especial o debate sobre as humanidades em saúde;

3. Incluir na política nacional o desenvolvimento de planos a nível federal, estadual e municipal, para atenção à saúde, proteção, promoção e defesa de direitos para pessoas migrantes e refugiadas.

4. Identificar as iniquidades de acesso dos e das migrantes ao sistema de saúde e assistência social e propor medidas que mitiguem as desigualdades, tomando cuidado para não realizar estigmatização das populações migrantes no processo;

5. Garantir política de contratação intérpretes em saúde e mediadores culturais para atuar em consultas médicas e atendimentos de saúde de migrantes, oferecendo capacitação e garantindo suporte socioassistencial e psicossocial a esses profissionais, considerando também a diversidade étnica de populações tradicionais e indígenas;

6. Repensar, junto à sociedade civil, as políticas públicas de cuidado e de proteção às mulheres no Brasil, apontando para as particularidades de

mulheres migrantes e refugiadas, com atenção ao cuidado em saúde mental;

7. Fomentar a formação técnica continuada para servidores públicos, possibilitando o acolhimento, a escuta qualificada e sensibilizada às questões migratórias nos serviços;

8. Criar campanhas de conscientização e criação de espaços que envolvam o protagonismo das mulheres migrantes e refugiadas;

9. Fomentar a criação de serviços, redes, grupos e coletivos que possibilitem o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento de vínculo entre essa população;

10. Regulamentar, nos comitês de Direitos Humanos das universidades, formas de combate e prevenção ao racismo e à xenofobia;

11. Propor estratégias locais nos municípios onde se encontram os frigoríficos para evitar a contaminação por Covid-19 nos transportes de trabalhadores para os frigoríficos, intensificando também a fiscalização como forma de garantir o respeito às medidas de segurança sanitária;

12. Demandar das organizações internacionais envolvidas na governança migratória junto ao Estado brasileiro o acompanhamento diligente dos casos de trabalho precarizado e análogo à escravidão e acompanhamento longitudinal na prospecção de vagas de trabalho decente para migrantes interiorizados de forma a garantir que as vagas intermediadas não sejam de trabalho precário ou análogo à escravidão;

13. Fortalecer da Atenção Básica em Saúde, com articulação com as redes de proteção social (formais e informais) voltadas aos imigrantes, dando especial ênfase à contratação de Agentes Comunitários de Saúde imigrantes;

14. Aprimorar as formas de garantir a permanência dos estudantes migrantes, refugiados e intercambistas no Ensino Superior, promovendo a integração desses estudantes internacionais nas universidades por meio de tutores nos cursos, e envolvendo os cursos de psicologia e serviço social das universidades como forma de garantir bem-estar psicossocial e combater a evasão de alunos migrantes;

15. Produção e apoio para a produção de materiais de orientação espacial no ambiente universitário e nas cidades em diferentes línguas para orientar os migrantes, refugiados e intercambistas, confeccionando mapas e guias para esses alunos com informações relativas a serviços essenciais, assistência social, trabalho, saúde, educação, lazer, cultura, justiça e direitos humanos;
16. Garantir celeridade, no âmbito das Instituições de Ensino Superior, do processo de revalidação de diplomas para imigrantes e refugiados;
17. Incentivar e garantir a formação continuada sobre questões relativas à migrantes de profissionais da educação e de psicólogos;
18. Fomentar a prática de atividades que valorizem a cultura dos alunos não brasileiros em todos os níveis da educação;
19. Valorização, nos diferentes níveis da educação, das línguas maternas dos e das migrantes, valorizando não apenas aquelas envolvidas na expansão colonial europeia (espanhol, francês e inglês), mas também as reais línguas maternas e indígenas, além de garantir que o português seja oferecido enquanto língua de acolhimento;
20. Produção de levantamento sobre o acesso de migrantes e refugiados às políticas sócio-assistenciais e de habitação, especificando a nacionalidade e status migratórios dos sujeitos que acessam ou tentam acessar essas políticas, de maneira a não diluí-los nos dados gerais, a fim de que se possa delimitar as principais dificuldades de acesso dessa população;
21. Elaborar estratégias específicas de acesso aos dispositivos, programas assistenciais e habitacionais para migrantes e refugiados a partir da sistematização de informações sobre os impasses no acesso às políticas sócio-assistenciais e de habitação;
22. Produção de materiais informativos, traduzidos em diversas línguas, sobre os canais existentes de denúncias de situações de violação de direitos (Ouvidoria do SUS, do SUAS, das Universidades e do Ministério Público), orientando caso haja especificidades no acesso para a população migrante, visando a facilitação do acesso de migrantes e refugiados a esses dispositivos.

23. Ampliar o diálogo intersetorial entre as Secretarias da Educação, Saúde, Assistência Social e demais órgãos, na promoção de ações intersetoriais para promoção do acolhimento dos/as migrantes e refugiados/as.

24. Promover a participação dos/as migrantes e refugiados/as nos Comitês locais de combate à Covid-19, bem como na elaboração de protocolos de retorno e orientações aos estudantes e familiares que respeitem a língua materna e aspectos culturais.

25. Potencializar estratégias de fortalecimento dos serviços de saúde existentes do SUS, especialmente a RAPS, bem como contratar migrantes e refugiados nos serviços de saúde;

26. Incluir nos currículos acadêmicos de disciplinas sobre atendimento a migrantes na formação de profissionais absorvidos pelo SUS, SUAS e instituições públicas de ensino, como médicos, enfermeiros, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e outros;

27. Criação de Centros de Referência municipais e estaduais para o acolhimento da população migrante e refugiada.